

DOI: 10.7340/anuac2239-625X-150

Persistência e transformações do racismo brasileiro

Teresinha Bernardo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
bernardo@pucsp.br

Abstract

The study of race relationships carried out by the Author in São Paulo, Brazil, in three field researches, one of them still in progress, clearly shows the perpetuation of the racial democracy myth, one of the main pillars on which was developed the Brazilian national consciousness. However, the harmony between whites and blacks and between whites and indians is only apparent and although the Brazilians say they are not racist, the racism is very strong in Brazil, but is projected on the Other. At present there are two main schools of thought: those who affirm the existence of harmony between the different pillars of civil society, and those who affirm the existence of racism, sometimes covered but underlined by the policies of whitening of certain sectors of society.

Keywords: Racism, racial democracy, whitening, education, Brazil.

As ideias aqui apresentadas são fruto de três pesquisas realizadas em épocas diferentes. A primeira no final do Séc. XX, a outra no início dos anos 2000 e a última esta ainda em processo. As três de alguma maneira envolvem o racismo. No decorrer da exposição não há uma ordem temporal. Os fatos e suas interpretações são narradas de acordo com as exigências do próprio texto.

É interessante notar que se de um lado, ao parafrasear Mauss, o racismo é um fenômeno social total porque abrange aspectos psíquicos sociais, culturais, econômicos e

ainda dimensões relativas a saúde de um determinado grupo social; de outro lado a maioria dos brasileiros, frente a situação constrangedora deste fenômeno de proporções imensuráveis afirmam que não são racistas, que o racista é o "outro", ou que não existe racismo no Brasil.

Essas negativas chegam até mesmo ao termo racismo que quase nunca é dito. Na verdade parece ser o maior e o mais grandioso “não dito” entre os brasileiros. Sobre este tema Pollak afirma *“a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separa um a memória subterrânea de uma sociedade civil dominada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor”* (Pollak, 1989).

Se o racismo existe mas está silenciado é porque pertence a categoria do “não dito”, é inconfessável. Em outras palavras parece ser o “não racismo”, a democracia racial, a igualdade entre os diferentes grupos, a imagem que sociedade brasileira e o Estado querem passar e impor. Esta situação parece encontrar guarida no mito da democracia racial que diferentemente dos mitos das sociedades simples cujo, o movimento se realiza no revelar – encobrir revelar; o mito em questão pertence à sociedade complexa e portanto no lugar de encobrir revelar; encobre revela encobre, pertencendo portanto a um conjunto de ideias que permite mediatizar ou conviver com as problemáticas de uma sociedade que não respondeu a provocação de suas contradições.

O Brasil não respondia as suas múltiplas contradições, tanto é que o mito da democracia racial se constitui para acobertar especialmente a relação entre brancos e negros no início do século XX.

São Paulo pode ser analisado como um espaço privilegiado, cujas contradições se destacavam entre brancos-italianos e seus descendentes e negros saídos da escravidão cuja mão de obra foi preterida em favor da do imigrante. Em pesquisa realizada nos anos 90 percebeu-se que a população afro-brasileira podia ser especialista em determinados tipos de trabalho, mas era o italiano o escolhido. Essa escolha tinha, portanto, como critérios a etnia, a cor. Mas o mito estava encobrindo a situação dos descendentes de africanos que até aquele momento haviam construído São Paulo mas eram foco do racismo. Na verdade o racismo e o mito da democracia racial foram dois protagonistas inseparáveis de nossa inconfessa história.

Além deles não pode ser esquecido a função do “não-dito” que os acompanha. Aqui, o não dito é usado tanto pelo racista; quanto por suas vítimas. Os motivos são diferentes. Mais precisamente depende da conjuntura.

O racismo preocupa os estudiosos brasileiros desde a década de 50, tanto é que Roger Bastide fica surpreendido no trabalho de campo ao perceber que uma menina negra era foco de manifestações negativas por parte de seus colegas de escola. A surpresa do autor é explicada devido à crença na inexistência do racismo no Brasil, inclusive essa assertiva era uma das razões para o autor pesquisar o Brasil enviado pela Unesco.

Ao reiterar o racismo como um fenômeno social total chamo Munanga que não deixa-me sozinha nesta posição pois diz *“o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”* (Munanga, 2000), grande parte dos estudiosos tais como Guimarães (2004) Halsembalg (2005); Paixão (2006) concordam com essa definição.

Wieviorka sobre o racismo afirma: *“O racismo cotidiano, o everyday racismo, as discriminações rotineiras, cada uma aparentemente menor, afetam a integridade*

intelectual e moral das pessoas, a ponto disso pesar em suas personalidades” (Wieviorka, 2008: 33). Parafraseando Cavaleiro eu diria que o cotidiano seja ele escolar, no trabalho, no lazer ao não possibilitar a construção e a manutenção da auto estima, da negritude, reforça a violência constante do racismo, contribuindo para a invisibilidade do negro para si próprio e para o Outro.

A existência de um grande número de estudo sobre relações raciais no Brasil mostra que há uma disputa entre duas grandes correntes. De um lado, uma que identifica harmonia nas relações sociais e, de outro, uma que afirma que há racismo no Brasil.

Assim não são todos os estudiosos que aceitam que o mito da democracia racial vigora ainda hoje na sua plenitude. Na realidade na academia parece que são poucos que acreditam no mito. No movimento negro, seus militantes lutam contra as ideias mitológicas que falseiam sua própria realidade. Parece que somente uma pequena parcela constituída de brancos, pretos e pardos ainda, acreditam na não existência do racismo. Portanto há manifestações que o mito da democracia racial foi quebrado. No entanto o racismo não se tornou manifesto continua meio escondido, faz parte do “não dito”. Tanto é que em pesquisa que vem sendo realizada sobre Racismo e Educação na rede publica do Estado de São Paulo presenciamos fatos que revelam o racismo encoberto. Uma situação que merece destaque foi o encontro da diretora de um estabelecimento de ensino com três de nossos pesquisadores negros. A diretora verbalizou com essa gente, não!!! Vale lembrar que já havia sido acordado entre a coordenação da pesquisa e a direção da escola: o dia, a hora para a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas.

Ao analisar os elementos que compõe a cena percebe-se que o “não-dito” encontra-se por um fio. Faltou pouco para que direção explicitasse: o porque não, com essa gente. Mas mesmo assim o racismo permaneceu encoberto. Este tipo de discriminação parece que tem pouco a ver com o mito da democracia racial.

Uma outra situação que parece contraditória emerge na mesma pesquisa mas em outra escola envolvendo de um lado gestores; de outro alunos. Estes últimos que eram negros relataram que eram motivo de zombarias. Seus colegas os chamavam de macaco, macaca cabelo bom-bril, burro preto, ebo e assim por diante. Os gestores por sua vez disseram: “*Racismo! Aqui não existe*”. Após essa declaração nenhum professor quiz responder ao questionário e tampouco dar entrevista. Não disseram mais nada. Aqui parece que houve uma mudança no mito no lugar de não existe racismo no Brasil, entenda-se nesta escola não existe racismo. Mais precisamente na escola cuja coordenação é realizada por essa gestora não existe racismo. É o mesmo tipo de reflexão que aponta o “outro” como o responsável pelas ideias e comportamentos racistas. O racista é o outro. Esta ideia parece ter relação direta com o individualismo, processo que seguindo Wieviorka renova totalmente a cena social.

Parece que o mito da democracia racial perde o seu lugar. O racismo permanece e aparece mas no “outro”. É o produto do racismo atravessado pelo individualismo que nega a subjetividade do “outro” transformando-o em racista.

O racismo é um dos atos mais violentos que um grupo social pode sofrer. Tanto é que a Antropologia, a Sociologia, a Política não dão conta em suas abordagens desta violência, portanto recorre-se a Psicanálise pois como diz Jurandir Freire da Costa “*A violência racista do branco é exercida antes de mais nada, pela impiedosa tendência de destruir a identidade do sujeito negro. Na verdade ser negro é ser violentado de forma constante continua e cruel, sem pausa ou repouso por uma dupla injunção: a de*

encarnar o corpo e as ideias do Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Freire da Costa, 1986: 104).

É claro que esse processo não atinge igualmente a população afro-brasileira para Jurandir Freire da Costa, os atingidos são principalmente os que se encontram em processo de ascensão social e que não possuem uma consciência clara do racismo brasileiro.

Em uma sociedade em que a desigualdade social, econômica, política entre brancos e negros é imensurável ela alastra-se penetrando nas varias dimensões, da vida da população afro-brasileira atingindo o próprio corpo do negro.

Esse processo começa para alguns, ainda, muito cedo, é necessário, simplesmente, a existência do contato entre as crianças brancas e negras, e que essas ultimas percebam a desigualdade, que vivem, a branca é considerada e tratada como mais bonita, mais inteligente, mais educada, tornando-se modelo para criança negra. Dai por diante a criança começa a vigiar seu próprio corpo que se opõe a brancura desejada. Em uma das entrevistas uma mãe negra narra: minha filha com 6 anos rasgou a sua fotografia dizendo que não era ela, pois ela era branca como a era a filha da sua patroa.

O processo do branqueamento prolonga-se atingindo o próprio prazer sexual.

Uma mulher negra de 35 anos conta: *“Não tenho nenhuma fantasia sexual, só penso no financeiro. Não, não sou voltada ao sexo. Acho que dá para fazer tudo que gosto”*.

Essa mulher tem dificuldade de lembrar-se da infância, e mesmo da juventude. Suas lembranças mostram quais são suas preferências:

O processo de branqueamento vivido por essa mulher é muito nítido. Ela própria diz que nunca teve uma consciência negra nunca quis estar entre negros. Na verdade, quando ela esquece, provavelmente, esquece da vivência do racismo cuja lembrança lhe traria grande sofrimento, como diz Freud (1964: 43) ao tratar das memórias encobertas. Por outro lado, ao expulsar o ambiente negro de sua vida, parece estar expulsando o ser negro de si próprio. Dessa forma, ocorre rejeição de seu próprio corpo, pois ele é negro como é a “negrada” que essa mulher rejeitou para conviver em meio aos brancos que, inclusive discriminaram-na.

Essas discriminações sofridas por estar no meio branco faz com que o processo de branqueamento se intensifique; esse, por sua vez, faz com que ela rejeite seu próprio corpo; ao rejeitá-lo, nega-lhe a possibilidade de prazer sexual. Na realidade, parece que o prazer sexual transforma-se em prazer financeiro. É, no limite, o mecanismo de compensação, fruto da violência do racismo (Bernardo, 2003: 162-163).

Esses dois casos permite refletir sobre os danos que o racismo pode causar para quem constitui o seu foco.

No entanto parece que há, atualidade, uma consciência maior da população afro-brasileira como mostra o censo de 2010: um aumento da população afro-brasileira, sem o aumento nas mesmas proporções da taxa de natalidade.

Ainda Wieviorka ao tratar do mesmo tema diz que na “nova era do racismo” ou o “novo racismo” *“descreve os diversos grupos a partir de suas particularidades culturais que os constituem como subconjuntos considerados inassimiláveis, perigosos e nocivos, prontos a espezinhar os valores morais da nação e abusar do sistema que ela elaborou para assegurar a seus membros uma certa solidariedade. O que prima nesse novo racismo é a diferença na cultura e não mais a inferioridade na natureza”* (Wieviorka,

2006).

No Brasil esse processo ocorreu de forma diferenciada desde a chegada dos primeiros escravizados. Inferiorizava-se o negro e a sua cultura. O criador e a criatura. Tanto isto é verdade que as religiões afro-brasileiras desde a sua constituição foi alvo de perseguição. Mesmo hoje com terreiros abertos dificilmente, seus adeptos dizem que professam o candomblé, a umbanda ou o tambor de mina etc. Alguns dizem que são espíritas, muitos se tornaram pentecostais ou neo-pentecostais. Mas o que merece destaque é que em pesquisas com sacerdotisas antigas percebeu-se certo medo ao relatarem experiências com as divindades das suas religiões. Tanto é que ao referirem aos orixás os denominavam pelos nomes de santos católicos. É sincretismo ou é racismo? Essa questão torna-se importante porque depois do pesquisador ganhar a confiança das sacerdotisas, as divindades afro-brasileiras começam a ser ditas cuidadosamente.

O sincretismo desapareceu mas o racismo continua.

Bibliografia

Bernardo, T., 2003, *Negras, Mulheres e Mães. Lembranças de Olga de Alaketo*, Rio de Janeiro São Paulo, Pallas e EDUC.

Costa Freire, Y., 1985, *Violência e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Graal.

Guimarães, A.S.A., 2002, *Classes, raças e democracia*, São Paulo, Editora 34.

_____, 2004, Preconceito de cor e racismo no Brasil, *Revista de Antropologia*, 47, 1: 9-43.

Hasenbalg, C.A., 1979, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal.

_____, 2005, *Discriminação e desigualdades do Brasil*, 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG;; Rio de Janeiro, Iuperj.

Munanga, K., Org., 1996, *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*, São Paulo, Edusp.

_____, 1999, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*, Petrópolis, Vozes.

_____, 2001, *Superando o racismo na escola*, Brasília DF, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

Paixão, L.C., 2006, *Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná.

Pollak, M., 1989, Memória, Esquecimento e Silêncio, *Estudos Históricos*, 3, Rio de Janeiro: 3-15.

Wievuorka, M., 2006, *Em que mundo viveremos?* São Paulo, Perspectiva.

Teresinha Bernardo è Professore Libera Docente del Dipartimento de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais della Pontificia Universidade Católica de São Paulo. Autrice di numerose pubblicazioni, ha concentrato

le sue ricerche sulle problematiche relative alle donne negre, all'inserimento delle componenti nere e italiane nella città di San Paolo e alle religioni afrobrasiliane.